

1. Princípios que regem o processo penal.
2. Aplicação e interpretação da lei processual.
3. Inquérito policial.
4. Jurisdição e Competência.
5. Reparação do dano ex delicto. Ação civil e execução civil da sentença penal.
6. Questões e processos incidentes.
7. Prova.
8. Sujeitos do processo.
9. Prisão provisória e liberdade provisória. Prisão temporária.
10. Fatos e atos processuais. Citação, notificação e intimação.
11. Sentença. Coisa Julgada.
12. Procedimentos comuns
12.1. Procedimento comum ordinário.
12.2. Procedimento comum sumário.
12.3. Procedimento nos processos de competência do Tribunal do Júri.
13. Procedimentos especiais.
13.1. Procedimento nos crimes falimentares.
13.2. Procedimento nos crimes de responsabilidade de funcionários públicos.
13.3. Procedimento nos crimes contra a honra.
13.4. Procedimento nos crimes contra a propriedade imaterial.
14. Juizados especiais criminais.
14.1. Previsão constitucional. Competência. Princípios.
14.2. Fase preliminar. Composição dos danos. Transação.
14.3. Procedimento sumaríssimo.
14.4. Sistema recursal.
14.5. Suspensão condicional do processo.
15. Nulidades.
16. Recursos.
16.1 Recursos em geral.
16.2 Recursos em espécie. Apelação. Recurso em sentido estrito. Embargos. Carta testemunhável. Correção parcial.
17. Habeas corpus. Mandado de segurança em matéria criminal.
18. Execução Penal.
18.1. Objeto e aplicação da Lei de Execução Penal.
18.2. O condenado e o internado. Classificação. Assistência. Trabalho.
18.3. Direitos e deveres do preso.
18.4. Disciplina. Falta e sanções disciplinares. Regime disciplinar diferenciado. Procedimento disciplinar.
18.5. Órgãos da execução penal.
18.6. Estabelecimentos penais.
18.7. Execução das penas privativas de liberdade. Regimes. Autorizações de saída. Remição. Livramento condicional. Sursis.
18.8. Execução das penas restritivas de direitos.
18.9. Execução das penas de multa.
18.10. Execução das medidas de segurança.
18.11. Incidentes de execução. Conversões. Excesso ou desvio de execução. Anistia. Indulto.
18.12. Procedimentos judiciais. Recursos.
19. Disposições processuais penais em leis especiais.
19.1. Lei nº 7.960, de 21-12-1989 (dispõe sobre a prisão temporária).
19.2. Lei nº 8.072, de 25-7-1990 (dispõe sobre os crimes hediondos).
19.3. Lei nº 9.034, de 3-5-1995 (dispõe sobre a repressão aos crimes praticados por organizações criminosas).
19.4. Lei nº 9.503, de 23-9-1997 (Código de Trânsito Brasileiro).
19.5. Lei nº 9.605, de 12-2-1998 (dispõe sobre os crimes contra o meio ambiente).
19.6. Lei nº 9.613, de 3-3-1998 (dispõe sobre o crime de lavagem de capitais).
19.7. Lei nº 9.807, de 13-7-1999 (dispõe sobre a proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas e a réus colaboradores).
19.8. Lei nº 10.054, de 7-9-2000 (dispõe sobre a identificação criminal).
19.9. Lei nº 11.101, de 9-2-2005 (dispõe sobre a falência e a recuperação judicial ou extrajudicial).
19.10. Lei nº 11.340, de 7-8-2006 (dispõe sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher).
19.11. Lei nº 11.343, de 23-8-2006 (Lei de Drogas).

III – DIREITO CIVIL:
1. Lei de Introdução ao Código Civil.
2. Teoria geral.
2.1. Pessoas naturais e jurídicas. Personalidade e capacidade. Sociedades, associações e fundações. Domicílio.
2.2. Bens e sua classificação.
2.3. Fatos jurídicos. Negócio jurídico. Atos jurídicos lícitos. Atos ilícitos. Prescrição e decadência. Prova.
3. Direito das obrigações.
3.1. Modalidades das obrigações.
3.2. Transmissão das obrigações.
3.3. Adimplemento e extinção das obrigações.
3.4. Inadimplemento das obrigações.
3.5. Contratos em geral.
3.6. Espécies de contrato. Compra e venda. Doação. Prestação de serviço. Mandato.
3.7. Atos unilaterais. Pagamento indevido. Enriquecimento sem causa.
3.8. Responsabilidade civil.
3.9. Código de Defesa do Consumidor.
4. Direitos das coisas.
4.1. Posse.
4.2. Propriedade em geral. Aquisição e perda da propriedade móvel e imóvel. Direitos de vizinhança. Uso anormal da propriedade. Águas.
4.3. Condomínio.
4.4. Parcelamento do solo urbano (Lei 6.766/79).
4.4. Direitos reais de superfície, servidões, usufruto, uso, habitação, direito do promitente comprador, penhor e hipoteca.
5. Direito de família.
5.1. Casamento. Disposições gerais. Capacidade. Impedimentos. Causas suspensivas. Habilitação. Celebração. Provas. Invalidez. Eficácia. Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Proteção da pessoa dos filhos. Regime de bens entre os cônjuges.
5.2. Relações de parentesco. Filiação. Reconhecimento dos filhos. Adoção. Poder familiar. Tutela. Curatela. Alimentos.
5.3. Usufruto e administração dos bens de filhos menores.
5.4. Bem de família.
5.5. União estável.
6. Direito das sucessões.
6.1. Sucessão em geral. Herança e sua administração. Transmissão, aceitação e renúncia da herança. Excluídos da sucessão. Herança jacente. Petição de herança.
6.2. Sucessão legítima. Ordem de vocação hereditária. Herdeiros necessários. Direito de representação.
6.3. Sucessão testamentária. Testamento em geral. Capacidade de testar. Formas ordinárias do testamento. Disposições testamentárias. Cláusulas restritivas: inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicação. Legados. Direito de crescer. Substituições. Deserdado. Redução das disposições testamentárias. Revogação e rompimento do testamento.
6.4. Inventário e partilha.
7. Lei de Registros Públicos (Lei nº. 6.015/73).
7.1. Registro de imóveis. Noções gerais. Registros. Prestação de fé pública. Prioridade. Especialidade. Legalidade. Continuidade. Transcrição, inscrição e averbação. Procedimento de dúvida.
7.2. Registro Civil das Pessoas Naturais. Retificação, anulação, suprimento e restauração do registro civil.
8. Pessoa portadora de transtorno mental (Lei nº. 10.216/01).
9. Estatuto do idoso (Lei n. 10.741/03).

IV – DIREITO PROCESSUAL CIVIL:

1. Lei processual. Interpretação das leis processuais.
2. Princípios informativos do Direito Processual.
3. Jurisdição, ação, exceção e processo.
4. Partes e procuradores. Capacidade, deveres, responsabilidade, substituição, litisconsórcio e intervenção de terceiros.
5. Ministério Público.
6. Competência. Competência interna. Competência em razão do valor e da matéria. Competência funcional. Competência territorial. Modificações da competência. Declaração de incompetência.
7. Juiz. Poderes, deveres e responsabilidade do juiz. Impedimentos e suspeição.
8. Atos processuais. Forma. Tempo e lugar. Prazos. Comunicações dos atos. Nulidades. Distribuição e registro. Valor da causa.
9. Formação, suspensão e extinção do processo.
10. Processo e procedimento. Disposições gerais. Efeitos antecipatórios da tutela.
11. Procedimento ordinário. Petição inicial. Resposta do réu. Revelia. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Provas. Audiência. Sentença, coisa julgada e cumprimento da sentença.
12. Procedimento sumário.
13. Recursos. Disposições gerais. Apelação. Agravo. Embargos de declaração.
14. Execução em geral.
14.1. Diversas espécies de execução. Disposições gerais. Execução das obrigações de fazer e não fazer. Execução por quantia certa contra devedor solvente. Execução de prestação alimentícia. Execução por quantia certa contra devedor insolvente.
14.2. Embargos do devedor.
14.3. Suspensão e extinção do processo de execução.
15. Medidas cautelares. Disposições gerais.
15.1. Procedimentos cautelares. Arresto. Seqüestro. Busca e apreensão. Produção antecipada de provas. Alimentos provisionais. Arrolamento de bens. Justificação. Posse provisória dos filhos. Separação de corpos. Regulamentação da guarda e do direito de visita dos filhos menores.
16. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa. Ações possessórias. Ação de usucapião de terras particulares. Inventário e partilha. Arrolamento. Embargos de terceiros. Habilitação. Restauração de autos. Ação monitoria.
17. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária. Disposições gerais. Alienações judiciais. Separação consensual. Testamentos e codicilos. Herança jacente. Bens dos ausentes. Curatela dos interditos. Disposições comuns à tutela e à curatela. Organização e fiscalização das fundações. Especialização em hipoteca legal.
18. Alimentos (Lei nº. 5.478/68).
19. Assistência judiciária (Lei nº. 1.060/50).
20. Ação civil de ressarcimento do dano decorrente de sentença penal condenatória ("ex-delicto").
21. Juizados Especiais Cíveis (Lei n. 9.099/95).

V – DIREITO CONSTITUCIONAL:
1. Teoria da constituição.
1.1. Constitucionalismo. Conceito e classificação das constituições.
1.2. Poder constituinte: características, titularidade e classificação. Recepção, reconstituição e desconstitucionalização.
1.3. Princípios constitucionais. Interpretação constitucional. Eficácia das normas constitucionais.
2. Direito constitucional brasileiro.
2.1. Princípios fundamentais.
2.2. Direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos sociais.
2.3. Nacionalidade e direitos políticos. Partidos políticos.
2.4. Controle de constitucionalidade.
2.5. Organização do Estado. Federalismo. Repartição de competências. Intervenção federal e estadual.
2.6. Organização dos poderes.
2.7. Ministério Público. Organização, princípios, funções, garantias e vedações. Lei Orgânica Nacional do Ministério Público. Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo.
2.8. Tributação e orçamento. Sistema tributário nacional e finanças públicas.
2.9. Da Ordem Econômica e Financeira. Dos princípios gerais da atividade econômica; da política urbana; da política agrícola e fundiária; da reforma agrária.
2.10. Ordem Social.
2.11. Saúde.
2.12. Educação.
2.13. Meio ambiente.
2.14. Da família, da criança, do adolescente e do idoso.

VI – DIREITO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE:
1. Criança e Adolescente. Princípios e direitos fundamentais do Estatuto da Criança e do Adolescente.
2. Entidades de atendimento.
3. Medidas de proteção.
4. Prática de ato infracional.
5. Medidas pertinentes aos pais ou responsável.
6. Conselho tutelar.
7. Acesso à Justiça. Princípios gerais. Competência. Representação processual. Serviços auxiliares.
8. Procedimentos e recursos.
9. Promotor de Justiça da Infância e da Juventude.
10. Crimes e infrações administrativas.

VII – DIREITO COMERCIAL:
1. Direito de empresa.
2. Empresário. Caracterização, inscrição e capacidade.
3. Estabelecimento.
4. Registro. Nome empresarial.
5. Empresário e Direito do Consumidor. Desconsideração da personalidade jurídica.
6. Contratos mercantis. Compra e venda. Mandato mercantil. Alienação fiduciária em garantia. Contrato de câmbio. Arrendamento mercantil. "Leasing", franquia e faturização.
7. Sociedade.
7.1. Disposições gerais.
7.2. Sociedade não personificada. Sociedade em comum. Sociedade em conta de participação.
7.3. Sociedade personificada. Sociedade simples. Sociedade empresária.
7.4. Tipos societários. Sociedade em nome coletivo. Sociedade em comandita simples. Sociedade limitada. Sociedade anônima. Sociedade em comandita por ações. Sociedade cooperativa. Sociedades coligadas.
7.5. Liquidação, incorporação, fusão, cisão e transformação de sociedades.
8. Títulos de crédito
9. Recuperação de empresas e falência.
9.1. Abrangência da Lei nº. 11.101, de 09.02.2005. Modalidades de recuperação. Processo e procedimentos.
9.2. Disposições comuns à recuperação e à falência. Verificação e habilitação dos créditos concursais.
9.3. Intervenção do Ministério Público segundo a Lei nº. 11.101/05 e o Código de Processo Civil.
9.4. Decretação e convalidação da recuperação em falência. Recursos.
9.5. Outras fases do procedimento falencial: administração, integração, depuração e realização do ativo (arrecadação, ação revocatória, pedidos de restituição, embargos de terceiro, liquidação e encerramento). Fase pós-falencial (extinção das obrigações)
9.6. Disposições penais e respectivos procedimentos da Lei nº. 11.101/05.

VIII – TUTELA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS:
1. Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos em juízo: princípios gerais.
2. Principais categorias e legislação respectiva:

2.1 Meio Ambiente e Urbanismo. Bem jurídico ambiental. Direito do Ambiente: conceito, princípios, objeto, instrumentos legais. Tutela constitucional do ambiente. Política Nacional do Meio Ambiente. Espaços ambientalmente protegidos. Sistema Nacional do Meio Ambiente. Tutela administrativa do ambiente: poder de polícia, competência, licenciamento, responsabilidade administrativa. Tutela e responsabilidade civil do ambiente. Participação popular na proteção do ambiente.
2.1.1 Legislação específica: Lei nº 4.771/65 (Código Florestal); Lei nº 6.766/79 (Lei do Parcelamento do Solo); Lei nº 6.902/81 (Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental); Lei nº 6.938/81 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente); Lei nº 9.605/98 (Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente); Lei nº 9.985/2000 (Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza); Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade); Lei nº 11.428/2006 (Proteção do Bioma Mata Atlântica); Lei nº 11.105/2005 (Política Nacional de Biossegurança – PNB).
2.2 Patrimônio Público: Controle da Administração Pública. Tribunal de Contas. Mandado de segurança (individual e coletivo). Ação popular. Ação civil pública. Improbidade administrativa. Proteção ao patrimônio público e social.
2.2.1 – Legislação específica: Lei nº. 1.533/51 (Lei do Mandado de Segurança); Lei nº. 4.717/65 (Lei da Ação Popular); Lei nº. 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa); Lei nº. 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); Lei 10.520/2002 (Pregão).
2.3. Idoso. Pessoa com deficiência. Inclusão social. Saúde Pública. Serviços de relevância pública.
2.3.1 – Legislação específica: Lei nº 7.853/89 (Política nacional da pessoa com deficiência); Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica do SUS); Lei nº 8.142/90 (Participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde e transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde); Lei nº 8.742/93 (Sistema Único de Assistência Social); Lei nº 8.842/94 (Política Nacional do Idoso); Lei nº 10.048/2000 (Prioridade de atendimento); Lei nº 10.098/2000 (Promoção da acessibilidade); Lei nº 10.216/01 (Direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais); Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso).
2.4. Consumidor. A proteção e defesa do consumidor na Constituição Federal de 1988. Política nacional de relações de consumo. Direitos básicos do consumidor. Prevenção e reparação de danos. Desconsideração da personalidade jurídica. Práticas comerciais. Proteção contratual. Sanções administrativas. Defesa do consumidor em juízo. Ações coletivas. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.
2.4.1 – Legislação específica: Lei nº 8.078/90, Lei nº 7.913/89
2.5. Infância e Juventude: Acesso à justiça. Ministério Público. Proteção Judicial dos Interesses Individuais, Difusos e Coletivos.
2.5.1 – Legislação específica: Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
3. Ação civil pública. Conceito e objeto. Tutela principal e cautelar. Interesse de agir. Legitimação ativa e passiva. Litisconsórcio e assistência. Atuação do Ministério Público. Competência. Sentença. Multa diária e liminar. Recursos. Coisa julgada. Execução e fundo para reconstituição dos bens lesados.
3.1. – Legislação específica: Lei nº 7.347/85, Lei nº 8.437/92
4. Inquérito civil. Natureza. Finalidade. Princípios. Instauração. Poderes instrutórios. Termo de ajustamento de conduta. Arquivamento e Desarquivamento. Controle. Recomendações.
4.1 – Legislação específica: Lei nº 7.347/85; lei federal nº 8.625/93; Lei complementar estadual nº 734/93; Ato nº 484-CPJ, de 5 de outubro de 2006; Resolução nº 23, de 17 setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público.

IX – DIREITOS HUMANOS:
1. Direitos Humanos.
1.1. Conceito e evolução histórica: as dimensões dos Direitos Humanos.
1.2. Sistema Internacional de promoção e proteção dos Direitos Humanos. Sistema Interamericano.
1.3. Tratados e Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos incorporados pelo ordenamento brasileiro. Conflito com as normas constitucionais.
1.4. Ministério Público e a defesa dos Direitos Humanos.
1.5. Sistema Único de Saúde (SUS – Lei nº 8.080/90).
1.6. Sistema Único de Assistência Social (SUAS – Lei nº. 8.742/93).
1.7. Direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais (Lei nº 10.216/01).

X – DIREITO ADMINISTRATIVO:
1. Administração Pública. Descentralização e desconcentração administrativa.
2. Atividade administrativa: polícia administrativa, prestação de serviços públicos, intervenção do Estado na ordem econômica e fomento de atividades privadas de interesse público.
3. Regime jurídico administrativo e princípios da Administração Pública.
4. Poderes administrativos.
5. Agentes públicos.
6. Ato administrativo.
7. Processo administrativo.
8. Licitação e contratos administrativos.
9. Serviços públicos. Concessão de serviço público.
10. Bens públicos.
11. Intervenção do Estado na propriedade.
12. Responsabilidade civil do Estado.
13. Controle da Administração Pública.

XI - DIREITO ELEITORAL:
1. Direitos Políticos.
1.1. Direitos fundamentais e direitos políticos;
1.2. Privação dos direitos políticos.
2. Direito Eleitoral.
2.1. Conceito e fundamentos;
2.2. Fontes do Direito Eleitoral;
2.3. Princípios de Direito Eleitoral;
2.4. Hermenêutica eleitoral.
3. Poder representativo.
3.1. Sufrágio;
3.1.1. Natureza;
3.1.2. Extensão do sufrágio;
3.1.3. Valor do sufrágio;
3.1.4. Modo de sufrágio;
3.1.5. Formas de sufrágio.
4. Organização eleitoral.
4.1. Distribuição territorial;
4.2. Sistemas eleitorais.
5. Justiça Eleitoral.
5.1. Características institucionais;
5.2. Órgãos e composição;
5.3. Diversificação funcional das atividades da Justiça Eleitoral;
5.4. Competências;
5.5. Justiça Eleitoral e o controle da legalidade das eleições.
6. Ministério Público Eleitoral.
6.1. Composição;
6.2. Atribuições;
6.3. Ministério Público Eleitoral e lisura do processo eleitoral.
7. Capacidade eleitoral.
7.1. Requisitos;
7.2. Limitações decorrentes de descumprimento do dever eleitoral.
8. Alistamento eleitoral.
8.1. Ato de alistamento;
8.2. Fases do alistamento;
8.3. Efeitos do alistamento;
8.4. Cancelamento e exclusão;
8.5. Revisão do eleitorado.
9. Elegibilidade.

9.1. Registro de candidaturas;
9.2. Impugnações ao registro de candidaturas;
9.3. Inelegibilidades;
9.3.1. Inelegibilidades constitucionais;
9.3.2. Inelegibilidades infraconstitucionais ou legais;
9.3.3. Arguição judicial de inelegibilidade.
10. Partidos políticos.
10.1. Sistemas partidários;
10.2. Criação, fusão e extinção dos partidos políticos;
10.3. Órgãos partidários;
10.4. Filiação partidária;
10.5. Fidelidade partidária;
10.6. Financiamento dos partidos políticos, controle de arrecadação e prestação de contas.
11. Garantias eleitorais.
11.1. Liberdade de escolha;
11.2. Proteção jurisdicional contra a violência atentatória à liberdade de voto;
11.3. Contenção ao poder econômico e ao desvio e abuso do poder político;
11.4. Transporte de eleitores das zonas rurais.
12. Propaganda eleitoral.
12.1. Conceito;
12.2. Pesquisas e testes pré-eleitorais;
12.3. Propaganda eleitoral em geral;
12.4. Propaganda eleitoral na imprensa;
12.5. Propaganda eleitoral no rádio e na televisão;
12.6. Direto de resposta;
12.7. Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais;
12.8. Captação irregular de sufrágio;
12.8.1. Inquérito civil eleitoral.
13. Atos preparatórios à votação.
14. Processo de votação.
15. Apuração eleitoral.
15.1. Diplomação;
15.2. Recurso contra expedição de diploma;
15.3. Realização de novas eleições e convocação do segundo colocado.
16. Ações judiciais eleitorais.
16.1. Representações;
16.2. Ação de impugnação de registro de candidatura;
16.3. Ação de investigação judicial eleitoral por abuso de poder;
16.4. Ação por captação irregular de sufrágio;
16.5. Ação por captação ou gasto ilícito de recursos para fins eleitorais;
16.6. Ação de impugnação de mandato eletivo.
17. Recursos eleitorais.
18. Crimes eleitorais.
18.1. Princípios constitucionais aplicáveis aos crimes eleitorais;
18.2. Crimes eleitorais puros ou específicos;
18.3. Crimes eleitorais acidentais;
18.4. Crimes cometidos no alistamento eleitoral;
18.5. Crimes cometidos no alistamento partidário;
18.6. Crimes eleitorais em matéria de inelegibilidades;
18.7. Crimes eleitorais na propaganda eleitoral;
18.8. Corrupção eleitoral;
18.9. Coação eleitoral;
18.10. Crimes eleitorais na votação;
18.11. Crimes eleitorais na apuração;
18.12. Crimes eleitorais no funcionamento do serviço eleitoral;
18.13. Crimes eleitorais que podem ser cometidos em qualquer fase do processo eleitoral;
18.14. Crimes eleitorais e sanções penais.
19. Processo penal eleitoral.
19.1. Prisão e período eleitoral;
19.2. Competência, conexão e continência em matéria eleitoral;
19.3. Medidas despenalizadoras;
19.4. Ação penal eleitoral;
19.5. Recursos.
São Paulo, 30 de julho de 2009
Fernando Grelia Vieira
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça.

Diretoria Geral
Despacho do Diretor-Geral de 29-12-2009
Certidão de Liquidação de Tempo de Serviço, para fins de Aposentadoria. Ratificação: Wilson Alencar Dores, RG. 8.840.750, Procurador de Justiça. Ratifico a Certidão de Liquidação de Tempo de Serviço nº 95/09.
Retificação do D.O. de 29-12-2009
Nos Despachos do Diretor-Geral de 23-12-2009
Exclua-se: Amélio Pasini Júnior, RG. 1.710.816-0/5C, 1º Promotor de Justiça de Presidente Epitácio.

Despacho do Diretor-Geral
Décimo Termo de Aditamento
Processo nº 519/00 – Contrato nº 000490/00
Locatário – Ministério Público do Estado de São Paulo
Locadora – Dermacenter S/C Ltda.
Contratante e Contratada acordam em firmar o presente termo de Aditamento nas condições a seguir: A vigência do contrato em epígrafe fica prorrogada por mais um período de 12 meses, a partir de 26 de Outubro de 2009.
Extrato de Reajuste
Processo nº 519/00 – Contrato nº 000490/00
Locatário – Ministério Público do Estado de São Paulo
Locadora – Dermacenter S/C Ltda.
Autorizo o reajuste do contrato em epígrafe a partir de 26/10/09
DATA DA ASSINATURA : 01/12/09
Atividade : 595 – Defesa dos Interesses Sociais
Clas. Econ.: 339039.91.

Despacho do Diretor-Geral
Terceiro Termo de Aditamento
Processo nº 052/06 – CE – Contrato nº 001050/06
Contratante – Ministério Público do Estado de São Paulo
Contratada – Imprensa Oficial do Estado S/A – IMESP
Contratante e Contratada acordam em firmar o presente termo de Aditamento nas condições a seguir: Fica alterada a forma de execução do objeto do contrato original excepcionalmente para o exercício de 2009 e a vigência do contrato fica prorrogada por mais um período de 12 meses, a partir de 1º de dezembro de 2009.
Republique-se por incorreção.
Despacho do Diretor-Geral
Termo de Contrato
Processo nº 369/09 – Contrato nº 001490/09
Contratante – Ministério Público do Estado de São Paulo
Contratada – Itautec S.A – Grupo Itautec
Objeto Resumido do Contrato – Prestação de serviços de manutenção técnica corretiva em equipamentos de informática.
Vigência: 12 meses, contados a partir de 14/12/09
Valor do Contrato: R\$ 420.060,00
Data da Assinatura : 14/12/09
Tipo Lic.: Pregão nº 037/09
Atividade: 614 – Informática
Clas. Econ.: 339039.20.

Despacho do Diretor-Geral
Termo de Contrato
Processo nº 396/09 – Contrato nº 001482/09
Contratante – Ministério Público do Estado de São Paulo
Contratada – Sistec Empreiteira de Obras de Engenharia YR Ltda.
Objeto Resumido do Contrato – Execução de obras e serviços visando à reforma para implantação das Promotorias de Justiça de Jundiaí.
Vigência: 16 meses, contados a partir de 30/10/09